

ATOS NORMATIVOS DO PJERJ

ATO NORMATIVO TJ Nº 18/2025 - Dispõe sobre a reestruturação e redefinição das competências dos Núcleos de Justiça 4.0 no âmbito do Primeiro Grau do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em observância à Resolução OE nº 06/2024.

RECOMENDAÇÃO TJ Nº 1/2025 - Recomenda aos magistrados com competência para processar e julgar demandas envolvendo o fornecimento de medicamentos, insumos, tratamentos médicos e/ou serviços médico-hospitalares que, diante de eventual requerimento de decretação de segredo de justiça, analisem a presença de dados pessoais sensíveis que justifiquem a restrição da publicidade dos atos processuais.

RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 23/2024 - Cria, por transformação, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC Saúde Privada.

AVISO TJ Nº 69/2021 - Divulga a edição da Recomendação CNJ nº 100/2021, a qual recomenda o uso de métodos consensuais de solução de conflitos em demandas que versem sobre o direito à saúde.

PORTARIA Nº 1976/2021 - Dispõe sobre o funcionamento do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário (NATJUS/RJ) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

AVISO CONJUNTO Nº 29/2019 - Dispõe sobre a divulgação do Provimento 84/19, do CNJ, bem como dos manuais de usuário da Plataforma E-NATJUS aos magistrados de 1º e 2º graus com competência para processar e julgar ações que tenham por objeto o direito à saúde e aos coordenadores e vice-coordenadores dos Comitês Estaduais da Saúde do Poder Judiciário.

ATO EXECUTIVO TJ Nº 3132/2009 - Disciplina a busca e apreensão de medicamentos, insumos hospitalares e equipamentos médicos de suporte, no âmbito do Estado e do Município do Rio de Janeiro.